



ROTA DO ESCRAVO



N.º 1

Maio de 2000

Nota da Direcção do Comité Português do Projecto UNESCO "A Rota do Escravo"

Este boletim, destinado a arquivar, a organizar e a anunciar as actividades do Projecto UNESCO "A Rota do Escravo", publicará sempre textos de opinião - elaborado numa perspectiva científico/cultural - consagrado a um dos muitos problemas associados à escravatura e ao comércio negreiro em particular, mas também a todas as formas de violência exercidas sobre os homens no desrespeito dos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

O campo destas reflexões, cuja responsabilidade cabe exclusivamente aos seus autores, tanto se ocupará da História como da análise de situações contemporâneas.

Esperamos assim fornecer a este boletim noticioso uma plataforma reflexiva, que nos ajude a melhor analisar, a melhor denunciar e a melhor erradicar todas as formas de violência e de discriminação.

NESTE NÚMERO

1	Nota da Direcção do Comité Português do Projecto UNESCO <i>A Rota do Escravo</i>
2-4	"A Construção do Brasil 1500-1825": Uma Exposição Redutora da História por Alfredo Margarido
5	Estudos Africanos na Faculdade de Letras de Lisboa
5-6	Rede Temática <i>Lugares de Memória da Escravatura nos Espaços Lusófonos</i> (reformulado)
6-8	Programa 2000 do Comité Científico Internacional do Projecto UNESCO <i>A Rota do Escravo</i>
8	"Tráfico de Escravos em Moçambique: Rotas e Caravanas" Uma nota histórica por José Capela
9	Projecto do CEA da Universidade do Porto
9	A Escravatura em Projecção
9	Teatro Educativo
9-10	VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais
10	Associação Regresso das Caravelas
10	Publicações do Comité

"A Construção do Brasil 1500-1825": Uma Exposição Redutora da História

A maior parte das leituras da história colonial portuguesa renuncia frequentemente ao rigor da história, para se deixar inebriar pelo perfume deletério das ideologias. Tal é o que se verifica no Brasil, e que levou os responsáveis pelas comemorações do "achamento" da Ilha de Santa Cruz a escolher a data de 22 de Abril, que corresponde ao calendário juliano: Álvares Cabral e as suas tripulações chegaram ao Brasil a 3 de Maio, como diz correctamente o calendário gregoriano que é já há alguns séculos o nosso.

A grande surpresa desta exposição divide-se em dois braços de incompreensão: os índios fazem apenas parte da paisagem, não tendo fornecido nenhum elemento visível, a não ser no carácter policromo de um dos raríssimos Tupinambás, representado pela pintura portuguesa: o do quadro de Gregório Lopes, *Natividade*, felizmente exposto. Mas as línguas, as formas de organização, o choque dramático do genocídio? Ora como esquecer que, como salienta Pêro de Magalhães Gândavo, os Aymorés se caracterizam pelo facto de falarem uma língua violenta, que serve para identificar a sua selvajaria, convidando os portugueses a liquidá-los sem mais esperas? E como não saber que, durante anos e anos, como conta Hans Staden, falar português correspondia a ser comido, de acordo com os rituais antropofágicos?

Ainda no que se refere aos índios, não se regista a menor referência às plantas domesticadas

pelos complexos civilizacionais da América Central e do Sul: pois não teria sido conveniente e até indispensável mostrar que a própria exploração da cana-de-açúcar ou da exportação do ouro e dos diamantes, dependeu sempre da mandioca? Quem ensinou os portugueses a preparar a famosa "farinha de guerra", senão os índios? E não é ainda hoje a mandioca, quer se trate da macaxeira, quer da aipim, um dos mais sólidos suportes da cozinha popular brasileira? E quem domesticou o ananás, esse fruto tão liricamente gabado pelos escritores portugueses, que "indianizou" o palato dos europeus?

Se se regista a falta de reconhecimento do genocídio praticado contra os índios - e bastará lembrar os nomes das nações índias que desapareceram, dos Tupiniquins aos Tupinambás - também podemos constatar que os africanos são apenas referidos como as coisas da tortura e do trabalho, sendo que se dá aparentemente mais relevo à primeira do que ao segundo. Os africanos, sem os quais não teria havido "construção do Brasil", nem existiria o Brasil de hoje, constituem o outro braço de incompreensão desta exposição. Mostram-se alguns instrumentos de tortura, entre eles um tronco do século XIX, provindo de uma das muitas roças existentes na região do Rio de Janeiro, e esquecem-se os homens. Fiéis a preconceitos culturais evidentes, os organizadores desta exposição não só "portugalizaram" a exposição, mas hiper-branquearam-na! O que, curiosamente, leva à eliminação de qualquer instrumento musical

continua na pág.3

continuação da pág.2

africano, tal como elimina as formas religiosas existentes nos próprios templos católicos: não teria sido revelador mostrar - como fez na sua tese, Renato da Silva Queiroz - a figura do travesso *saci* (criado nas regiões rurais de S. Paulo, Minas Gerais, Góias e Mato Grosso e já aceite pela Igreja católica) na pintura do tecto da igreja de São Benedito, na Serra Negra, em S. Paulo? Fiquei com uma grande curiosidade: será que algum dos organizadores desta operação "branquizadora", ouviu alguma vez falar do africano perneta que é o *saci*, tão estudado no inquérito de Monteiro Lobato de 1917? Certamente que não: o esforço dos organizadores consiste em nos revelar as figuras falsamente majestáticas dos chefes políticos, dentro de uma singularíssima perspectiva portuguesa. Não teria sido justificado integrar nesta exposição o retrato do tão mitificado conde Maurício de Nassau? Pois não deixou ele o rasto do colonizador inteligente que, ainda hoje, na análise popular da colonização brasileira, aparece como a figura amada e insubstituível?

Não teria sido possível dizer numa linha que a descoberta pelos paulistas do ouro de Minas Gerais foi feita pelos mulatos, como tão rigorosamente nos lembra Antonil? E quais as razões que levam a esquecer que a exploração do ouro, das pedras preciosas ou semi-preciosas só pode ser levada a cabo graças aos contingentes de escravos africanos? O esforço de "branquização" esquece-se de pôr em evidência este laço de dependência entre a economia colonial portuguesa e os africanos. A ponto de esquecer que sem as populações africanas, que asseguravam as tarefas produtoras, assim como todas aquelas associadas

ao quotidiano, não teria havido nenhuma cidade viável.

E como esquecer a questão central dos quilombos? Não teria sido possível expor a descrição gráfica do quilombo chamado do "Buraco do Tatu", existente no Arquivo Histórico Ultramarino, tão frequentemente utilizado nesta exposição? Ou será que os organizadores só podem identificar e expor os mapas e outras representações de fortalezas? Se não havia gravuras para dar conta do famoso Zumbi dos Palmares, em Alagoas, havia vasta matéria para evocar a maneira como os africanos lutam contra a violência da escravatura, procurando dar ao Brasil que estão construindo a dignidade que o colonizador lhes recusa.

Nesta exposição preferiu-se catar em todos os museus da Europa, os retratos, bustos, três quartos ou corpo inteiro das autoridades políticas, militares ou eclesiásticas. Muito prudente um dos museólogos encarregados da legendagem sugere a existência de uma "escola colonial", que ouço falar agora pela primeira vez, embora se possa com efeito reconhecer o pendor para fornecer o mesmo tipo de retrato: figura em pé, a corpo inteiro, vista de face, empunhando algumas vezes bastões ou outros objectos que reforcem o sentido da chefia e da autoridade indiscutível. Não só se trata de uma colecção monótona, mas confirma o que sublinha nas estrofes do Canto V de *Os Lusíadas*, Luís de Camões: a nobreza portuguesa não tem o menor gosto! Prefiro deixar ao grande Poeta a responsabilidade de dar as palmatoadas necessá -

continua na pág.4

continuação da pág.3

- rias nas mãos sem gosto da nobreza.

Será que é possível referir as opções dos grandes patriotas brasileiros sem evocar o alferes Joaquim José da Silva Xavier, que a história imposta pelos portugueses eternizou com a sua alcunha de Tiradentes, de homem que não sendo dentista, tinha habilidade para tratar os dentes? Nem uma palavra consagrada ao movimento mineiro da *Inconfidência* que, em 1789, indicava a orientação americana dos conspiradores brasileiros que tinham encontrado o modelo nas teses, nos decretos e nas decisões dos patriotas norte-americanos. A independência é assim atribuída ao Príncipe D. Pedro que soube, é verdade que com algum génio, manter na esfera da Casa de Bragança um país que já começara no século XVII a denunciar a presença parasitária do aparelho colonial português.

De resto, sempre amparada pela asa obscurantista do silêncio, a exposição não nos consegue explicar as razões que levaram o Brasil a manifestar uma tão grande ausência de livros. Teria sido pecaminoso confessar que os colonizadores, pouco amigos da tipografia, como diz o licenciado Manuel Correia no curto prefácio que antecede as *Rimas* de Camões, não autorizaram a introdução e o funcionamento das tipografias no Brasil?

Julgo que não poderei concluir este inventário sem uma referência ao carácter masculinizante da exposição: as mulheres sumiram-se, empurradas pelo machismo das próprias imagens produzidas pelos europeus, extraordinariamente ampliadas pelos organizadores e realizadores da exposição. Pois não teria sido possível corrigir este delírio do

mundo masculino recorrendo ou à música ou à literatura, por exemplo, a de Gregório de Matos Guerra que, no século XVII baiano, tanto escreveu, com inspiração e talento, a respeito das brancas, das pretas, das mulatas e das índias? Descobriram-se péssimos retratos masculinos, coetâneos ou contemporâneos, mas não se conseguiu evocar as Gabrielas cravo e canela ou as Chicas da Silva do cinema dos dias de hoje? Perguntava-se em tempos quem tinha medo de Virgínia Woolf; haverá aqui razão para perguntar: quem tem medo das mulheres brasileiras?

Embora tenha de confessar, também, que me parecem paupérrimas as referências às religiões - não me refiro às Igrejas, mas sim às religiões - sem as quais parece também difícil proceder a uma leitura organizada da estratificação brasileira: pois nem uma referência aos lundus, ao samba, ao frevo, esse domínio em que se podia ter mobilizado um especialista como Joel Rufino dos Santos para deixar nestas salas gélidas a marca dos tons cálidos dos atabaques? Não se trata apenas de falta de imaginação, pois estamos perante uma concepção castradora da história que não deve ter sexo e tripas, para ser apenas visível graças à acumulação de gráficos e de mapas gerados pelos arquitectos militares. São tão assépticos estes organizadores, que nem permitiram que a cana-de-açúcar fornecesse a pinga para uma caipirinha refrescante e inspiradora!

Alfredo Margarido

A tempo: reconheço a excelente qualidade do pequeno desdobrável gratuito, que só dá uma ideia deformada do Brasil porque essa foi a aposta da exposição.

**Estudos Africanos na
Faculdade de Letras de Lisboa**

Neste ano lectivo de 1999/2000, a FLUL inaugurou o curso de licenciatura em Estudos Africanos, o primeiro em Portugal. A criação desta nova licenciatura visa preencher uma lacuna do sistema de ensino superior, contribuindo com uma formação científica de qualidade para a graduação de técnicos e especialistas em assuntos relacionados com África.

Proximamente irá também começar a funcionar na Faculdade de Letras um Centro de Estudos Africanos, dirigido pela Prof. Doutora Isabel Castro Henriques, que pretende ser um centro de investigação e de apoio aos estudantes da licenciatura e de pós-graduações na área de estudos sobre África. O Comité louva estas iniciativas.

REDE TEMÁTICA:

**Lugares de memória da escravatura
nos espaços lusófonos**

Sede:

Centro de Estudos Africanos (CEA / FLUL)
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Coordenação:

Coordenadora: Isabel Castro Henriques (Portugal)

Consultores permanentes:

Alberto da Costa e Silva (Brasil)
Ana Maria de Oliveira (Angola)
Maria Nazaré Ceita (São Tomé e Príncipe)

Programa do Comité Português com a
colaboração dos Comités do Brasil, de Angola e
de São Tomé e Príncipe

1. Projectos de investigação

- a) "O Contributo Cultural do Escravo para a Construção do Brasil Colonial" (Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia – Dept. de Antropologia da Universidade de Coimbra);
- b) "O Escravo Africano no Sistema Português de Assistência Médica – Séculos XV-XIX" (João Ramos Dias – Hospitais Cívicos de Lisboa);
- c) "O Espaço do Atlântico: Portugal, Angola, Brasil. O Património Arquitectónico como Lugar de Memória" (José Manuel Fernandes – Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa);
- d) "A Escravatura em questão – consequências da abolição do tráfico em Portugal, no Brasil, em Angola". Projecto pluridisciplinar do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (António Custódio Gonçalves, Eugénio dos Santos, Jorge Couto).
- e) "A Emergência do Mundo Atlântico Através dos seus Próprios Documentos. O Tráfico Negro do Séc. XV ao Séc. XIX" (Ivan Alves Filho - Historiador / UNESCO - Paris)

2. "Mapa Mundial dos Lugares de Memória da Escravatura e do Tráfico Negro":

À semelhança do Mapa Mundial dos Sítios Classificados como Património Mundial (UNESCO) está em fase de elaboração um Mapa Mundial dos Lugares de Memória da Escravatura e do

continua na pág.6

continuação da pág.5

Tráfico Negroiro, com a contribuição dos países lusófonos e que pressupõe um recenseamento dos lugares de memória do tráfico e da escravatura nos espaços lusófonos:

- 1) património tangível: edifícios, sítios, fortes, árvores, ...etc.;
- 2) património intangível: línguas, práticas sociais e culturais, ...etc.

3. Colóquio Internacional, Lisboa, Novembro 2001

“Das Américas Vermelhas às Américas Negras”.

4. Exposição, Lisboa, Outubro – Dezembro 2001 (em articulação com o Colóquio)

“O Corpo do Escravo: Multiplicidade das Funções”.

5. Educação,

- a) Seminários organizados em colaboração com as Escolas Portuguesas Associadas da UNESCO destinados aos professores do ensino secundário (temas a definir) – 2002;
- b) Publicação de um *dossier* informativo e formativo destinado às escolas do ensino secundário, sobre a problemática do projecto, nos domínios da geografia, da história, da literatura e da linguística – primeira fase 2000-2002.
- c) Teatro infantil (10/13 ans) criado especialmente para *A Rota do Escravo* em torno dos conceitos de: obediência (des), justiça (in), igualdade (des), amizade (inimizade), sob a forma de histórias contadas às crianças por uma única personagem (atriz) - Outubro 2000 (Beatriz

d) Quintela – projecto teatral *Planeta Maravilha*);

e) Exposições itinerantes sobre os temas dos projectos de investigação, constituídas por cartazes que articulam imagens e textos – 2002.

6. Ciclo de cinema/debate: Lisboa, Outubro-Dezembro 2001

“A Escravatura núcleo do Selvagem – O Filme Colonial Português”.
Em colaboração com a Cinemateca Portuguesa e com a participação de Marc Ferro nos debates.

PROGRAMA 2000

Comité Científico Internacional do Projecto UNESCO *A Rota do Escravo*

Neste boletim, o Comité português pretende também dar a conhecer ao público português as actividades do Comité Científico Internacional do Projecto UNESCO *A Rota do Escravo*. De facto, somos o "braço" nacional deste organismo e, embora os nossos projectos gozem de autonomia, estamos sempre a par do que se passa a nível internacional. Assim, apresentamos de seguida o seu programa realizado ou a realizar durante o ano 2000.

Projectos de Reuniões e Eventos Especiais

- reunião dos responsáveis dos lugares de memória ligados ao tráfico negroiro transatlântico (Moulin-sur-Mer, Haïti, 28 de Fevereiro - 1 de Março de 2000), com vista à criação de uma Rede dos lugares de memória do tráfico negroiro e da escravatura e ao

continua na pág.7

continuação da pág. 6

lançamento de uma Cátedra UNESCO de história da escravatura e das tradições orais (Escola normal superior de Port-au-Prince, Haïti)

- Segunda reunião sobre o programa de turismo cultural nas Caraíbas (Bridgetown, Barbados, Junho 2000)
- Seminário internacional "A Escravatura no Mediterrâneo" (Palermo, Itália, 19-21 de Setembro 2000), com vista à recensão detalhada dos lugares de memória e dos itinerários de turismo de memória ligados ao tráfico negreiro e à escravatura
- Criação de uma Cátedra UNESCO para o estudo da vida e obra de S. Benedetto il Moro e da herança dos santos negros descendentes da escravatura (Palermo, Itália, 22-23 de Setembro 2000)
- Quinta sessão do Comité Científico Internacional do Projecto UNESCO *A Rota do Escravo* (Palermo, Itália, 22-23 de Setembro 2000)
- Seminário internacional "As Culturas Bantu nas Américas e nas Caraíbas" (Libreville, Gabão, Setembro 2000)
- Projecto da Cimeira dos chefes de estado de África, das Américas e das Caraíbas sobre o tráfico negreiro e a escravatura (Gorée, Senegal, data a determinar) e reunião de informação aos media (Gorée, Senegal, data a determinar)

- Comemoração do Dia Internacional da Memória do Tráfico Ngreiro e da sua Abolição (23 de Agosto 2000)

- Produção de um documentário sobre "A Rota do Escravo" (co-produção UNESCO-ARTE), a projectar numa noite temática.

A estas actividades juntar-se-ão: (i) aquelas que forem propostas pelas redes temáticas e que beneficiem de recursos suficientes para serem postas em prática; (ii) as simultâneas das actividades financiadas pela Noruega e pela Itália, relativas aos lugares de memória e relativas à criação de museus da escravatura.

Publicações e Informação

- Criação de uma Colecção UNESCO intitulada "Mémoire des Peuples - La route de l'esclave", que compreende já as seguintes obras: "L'Afrique entre l'Europe et l'Amérique", "Les abolitions de l'esclavage", "La chaîne et le lien: une vision de la traite négrière" (Actas do Colóquio de Ouidah) e "La société des amis des Noirs"
- Versões inglesa e espanhola de "La chaîne et le lien: une vision de la traite négrière"
- Reedição de "La traite négrière du XVe au XIXe siècle" (Colecção "Histoire Générale de l'Afrique - Etudes & documents n°2")

continua na pág.8

continuação da pág. 7

- Publicação do nº1 do "Bulletin d'information Route de l'esclave"

- Publicação de um desdobrável sobre o projecto "A Rota do Escravo"

- Produção do nº1 dos "Cahiers des Anneaux de la mémoire", co-publicada pela UNESCO e pela associação "Les Anneaux de la mémoire"

- Lançamento de um site WEB do sector da cultura consagrado ao projecto "A Rota do Escravo":

http://www.unesco.org/culture/dialogue/slave/html_fr/index_fr.htm.

Tráfico de escravos em Moçambique Rotas e Caravanas

Uma Nota Histórica por José Capela

O tráfico de escravos a longa distância ter-se-á verificado nos portos de Moçambique desde tempos remotos. Mas só tomou uma forma sistemática e só se integrou no sistema internacional do tráfico moderno em finais de setecentos. Até então os portos de Moçambique limitaram-se ao fornecimento esporádico de escravos a arábios e persas primeiro, e às frotas portuguesas da Índia, depois. Foram os armadores franceses que, na segunda metade do século XVIII, deram início a esse ciclo, passando a frequentar a costa oriental de África. Para tanto, contribuiu a conjugação de vários factores. O primeiro, a colonização das ilhas Maurícia e Reunião, no oceano Índico. O segundo, a entrada no comércio negreiro das mais importantes praças marítimas francesas, já envolvidas no negócio colonial. Finalmente, as necessidades crescentes de mão-de-obra das colónias francesas do Pacífico.

Entre 1730 e 1740, o valor acrescentado das exportações e das importações com as colónias duplicou, em Bordéus. Tendo realizado

grandes activos, os armadores daquele porto passaram a investir massivamente no tráfico da escravatura. O mesmo já estavam a fazer Nantes e La Rochelle. Foram essas as grandes razões que levaram os armadores franceses até às costas da África Oriental. Na segunda metade do século, Moçambique passou a ser o grande fornecedor de mão-de-obra às ilhas Mascarenhas. Logo a seguir, inicia-se o tráfico regular na direcção do Atlântico a partir dos portos da ilha de Moçambique e do Ibo. Estava lançado, em Moçambique, o grande tráfico, o tráfico sistemático. Prosseguiria em crescendo até cerca de 1830.

A primeira interferência na regularidade deste comércio surgiu com a determinação do Brasil mandando que os navios com bandeira brasileira abandonassem os portos de Moçambique até 10 de Fevereiro de 1830. Alguns dos maiores negreiros de Quelimane retiraram-se para o Brasil. O decreto abolicionista de 10 de Dezembro de 1836, de Sá da Bandeira, não teve aplicação imediata em Moçambique. Só em 1840, com o governador-geral Pereira Marinho (1840-1), lhe foi dada execução, mesmo assim muito limitada. Se, para o Atlântico, a acção internacional conjugada acabou com o comércio de escravos, que estava praticamente extinto por volta de 1860, para o Índico prosseguiu de várias formas, nomeadamente a do *engagement*. Para as colónias francesas continuaram a ser recrutados trabalhadores, agora com o título de *libres engagés*. Toda esta mão-de-obra, do ponto de vista formal, era ilegalmente negociada, uma vez que só em 1881 é que a França acordou com Portugal a contratação de trabalhadores para Mayotte e Nossibé e, em 1887, a extensão do mesmo acordo à Reunião.

Outro tipo de tráfico de escravos que vinha a ser feito nos portos de Moçambique, que prosseguiria para além de todas as abolições e que ainda se praticava nos começos do século XX, era aquele que tinha como autores principais os *mujojos*, comerciantes suahili provenientes das Comores e de Madagáscar. Desde há muito que se dedicavam ao contrabando em geral. Frequentavam os portos e locais mais recônditos da costa de cujo conhecimento minucioso se valeram para o tráfico clandestino. O grosso destes escravos destina-se a Mascate. A última grande captura de *mujojos* envolvidos neste tipo de tráfico, na costa de Moçambique, verificou-se em 1902.

Projecto do CEA da Universidade do Porto

No nº 0 deste boletim, na apresentação do programa de actividades do Comité para 1999/2000, houve um lapso que não poderíamos deixar agora de corrigir. Ficou esquecido o título do projecto do centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Este projecto (dos investigadores Eugénio dos Santos, António Custódio Gonçalves e Jorge Couto) desenvolve-se numa perspectiva histórica e antropológica e intitula-se A Escravatura em Questão. Ficam as nossas desculpas aos investigadores e aos leitores.

A Escravatura em Projecção

O Comité já estabeleceu contactos com a Cinemateca Portuguesa que recebeu com entusiasmo a proposta de uma colaboração para a organização do ciclo de cinema subordinado ao tema "Escravatura e Tráfico Negro". Este ciclo decorrerá em inícios do próximo ano e será constituído pela projecção de filmes da Cinemateca e terá o apoio científico do Comité, através de debates e colóquios que acompanharão o evento.

Teatro Educativo

Está já em fase de produção a peça de teatro educativo para crianças que se insere no Programa da Rede Temática "Lugares de Memória da Escravatura nos Espaços Lusófonos". O Comité considera-o um projecto prioritário pois promove junto das crianças o conhecimento sobre a grande tragédia humana que foi o tráfico transatlântico de escravos e contribui para a sua formação pessoal e para assegurar os valores da cidadania e da humanidade. A História será adaptada a crianças entre os 10 e os 13 anos e contada por Beatriz Quintela que, além de criar o texto, levará o projecto às escolas. Numa primeira fase, a peça será apenas apresentada em escolas da área de Lisboa mas o Comité espera que o seu sucesso permita levá-la a outros pontos do país.

VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais

Irá realizar-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de 5 a 9 de Setembro de 2000, o VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, consagrado ao tema genérico: As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e Desafios. Este Congresso, organizado pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, conta com vários investigadores e especialistas dos espaços lusófonos. Entre as diferentes áreas temáticas que vão ser abordadas, salientamos: "Migrações e Diásporas"; "Identidades, Alteridades Sociais e

continua na pág.10

continuação da pág.9

Direitos Humanos"; "Racismo e Xenofobia" e "Encontros de Cultura em Espaços de Língua Portuguesa".

Para mais informações contactar o Centro Leonardo Coimbra da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tel./Fax: 22.6077152).

Associação Regresso das Caravelas

O Comité não poderia deixar de felicitar, neste Boletim, a Associação Regresso das Caravelas pela produção das peças de teatro *Museu do Pau Preto* e *Cabral...* que estiveram em cena em Janeiro no Teatro Municipal Maria Matos e em Março no Centro Cultural de Belém com grande sucesso e que tivemos o prazer de apoiar a nível institucional.

Foram convidados representantes do Comité para ambas as iniciativas. Estes projectos constituem um passo importante na abordagem e divulgação, não só da temática da "Escravidão e do Tráfico Negreiro", no primeiro caso, como também da história política recente da Guiné Bissau, no segundo.

Distintas nas suas abordagens e estilos, estas duas peças vêm pôr em evidência a maturidade artística da companhia, tanto a nível da produção como da representação, revelando o que se espera ser uma nova corrente do teatro em Portugal.

Publicações do Comité

O Comité vai publicar brevemente os primeiros livros das suas duas colecções de publicações: a colecção de estudos e a colecção de fontes. Em relação à primeira, irá ser publicado o livro intitulado "Álcool e Escravos: o Comércio Luso-Brasileiro do Álcool em Mpinda, Luanda e Benguela Durante o Tráfico Transatlântico de Escravos (c. 1480-1830) e o seu Impacto nas Sociedades da África Central Ocidental" de José Curto. Esta obra é a tese de doutoramento do investigador, apresentada na Universidade da Califórnia, Los Angeles, e encontra-se agora em fase de tradução. O autor analisa o papel que o comércio do álcool desempenhou no tráfico de escravos, contribuindo assim para o estudo de uma matéria que não tinha ainda sido abordada. O estudo refere-se ao período que medeia entre os séculos XV e XIX.

Outro dos estudos lançados será "Os escravos no Sul de Portugal, Sécs. XVI-XVII", de Jorge Fonseca, que pretende dar uma perspectiva regional da história da escravatura no nosso país.

Em relação à colecção de fontes, irão também ser publicadas duas obras: "Catálogo de Fontes Notariais sobre Escravatura no Sul de Portugal nos Séculos XVI-XVII", de Jorge Fonseca, e "Fontes sobre o Tráfico de Escravos em Moçambique", de José Capela. Estas obras são guias de fontes para estudos futuros relacionados com as matérias em questão, vindo colmatar uma falha que se verificava em Portugal no que respeita à temática da Escravatura e contribuindo para o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa e sistematização de fontes que tem ainda tantos passos para dar.

Agradecimentos

O Comité Português do Projecto UNESCO *A Rota do Escravo* agradece às três instituições - CPLP; Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Comissão Nacional da UNESCO - que têm vindo a apoiar o Projecto UNESCO *A Rota do Escravo*, permitindo, em particular, a publicação deste boletim.

O Comité deseja a todos

Boas Férias

NÚCLEO EXECUTIVO DO COMITÉ PORTUGUÊS DO PROJECTO UNESCO A ROTA DO ESCRAVO

Direcção

Presidente:

Isabel Castro Henriques

Responsável do Sector Financeiro:

Joana Pereira Leite

Coordenadora do Boletim:

Dulce Pereira

Secretariado

Márcia Lameirinhas

Ligação com a Comissão Nacional da Unesco

Anna-Paula Ormeche

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Dulce Pereira

Redacção

Anna-Paula Ormeche

Márcia Lameirinhas

O Comité funciona temporariamente na:

Comissão Nacional da UNESCO

Av. Infante Santo, nº 42, 4º

1350 Lisboa

Tel: 21 3920830 (Ext.229) / 21 3904330

Fax: 21 3920839

e-mail a utilizar:

cointersec.apormeche@fct.mct.pt
